

O nomeado deverá tomar posse do respectivo lugar no prazo de 20 dias, contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

12 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Alberto de Freitas Gonçalves*.

2611041598

CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSEL

Aviso n.º 15 656/2007

O Dr. Armando Jorge Mendonça Varela, presidente da Câmara Municipal de Sousel, faz público que por seu despacho foram celebrados por um ano contratos de trabalho a termo resolutivo certo, eventualmente prorrogáveis por idêntico período, com início em 6 de Agosto de 2007, com os seguintes trabalhadores e respectivas categorias:

Vanda Cristina Fouto Pernão — técnica superior de gestão estagiária, escalão 1, índice 321.

Francisco Manuel Olivença Carrão — técnico superior de gestão estagiário, escalão 1, índice 321.

José Manuel Salvaterra Canhoto — motorista de ligeiros, escalão 1, índice 142.

José João Teixeira — condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, escalão 1, índice 155.

7 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Armando Varela*.

2611041393

CÂMARA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Aviso n.º 15 657/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos dos meus despachos de 25 de Janeiro de 2006 e de 14 de Agosto de 2007, na sequência da aprovação dos respectivos concurso e estágio, concluídas as diligências tidas como adequadas e suficientes à verificação dos requisitos para provimento, foi nomeada definitivamente técnica superior de 2.ª classe (serviço social) da carreira técnica superior do quadro privativo da Câmara Municipal de Tabuaço Mónica Alejandra Cheganças Ramos dos Santos.

A nomeada deverá tomar posse no prazo máximo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

14 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Carlos Pinto dos Santos*.

2611041301

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Edital n.º 693/2007

Alteração ao alvará de loteamento

O Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, torna público que, por deliberação desta Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de 10 de Julho de 2007, e para cumprimento do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, está aberto, durante 15 dias, inquérito público sobre a alteração ao alvará de loteamento n.º 09/1998, para o prédio sito no Casal da Paródia, freguesia de São Pedro e Santiago, deste concelho, registado na conservatória do registo predial sob o n.º 3909 e inscrito na matriz urbana sob o artigo 6739, actualmente pertencente à freguesia de Santa Maria e São Miguel, cujos titulares são os herdeiros de Manuel Josué Luís, a que se refere o processo n.º 02-2384/03, cujo prazo se inicia oito dias após a publicação no *Diário da República*.

Quaisquer reclamações, observações ou sugestões sobre o referido projecto poderão ser apresentadas, por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara, na Secção de Apoio Administrativo à Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Torres Vedras e na sede da Junta de Freguesia de Santa Maria e São Miguel, onde o projecto estará exposto durante o horário normal de expediente.

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Jorge Augusto dos Reis Martins*, Director do Departamento de Urbanismo, o subscrevi.

17 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

2611041394

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 15 658/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por despacho do vereador da Área de Planeamento e Gestão Urbanística de 3 de Agosto de 2007, proferido no uso de competência subdelegada pelo presidente da Câmara, vai proceder-se à discussão pública relativa ao loteamento a que se refere o processo n.º 17/2006, em que é interessado Manuel Domingues Rolo, durante o período de 15 dias, com início no 1.º dia útil após a sua publicação.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 15 horas e 30 minutos, no Edifício dos Paços do Concelho de Viana do Castelo, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Secção de Atendimento e Comunicação.

14 de Agosto de 2007. — O Vereador da Área Funcional, *Joaquim Luís Nobre Pereira*.

2611041307

Aviso n.º 15 659/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por despacho de vereador da área de planeamento e gestão urbanística de 6 de Agosto de 2007, proferido no uso de competência subdelegada pelo presidente da Câmara, vai proceder-se à discussão pública relativa à alteração do lote 1 do loteamento a que se refere o processo n.º 1256/76, em que é interessado Gabriel Costa Barros de Carvalho, durante o período de 15 dias com início no 1.º dia útil seguinte à sua publicação.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 15 horas e 30 minutos, no Edifício dos Paços do Concelho de Viana do Castelo, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Secção de Atendimento e Comunicação.

14 de Agosto de 2007. — O Vereador da Área Funcional, *Joaquim Luís Nobre Pereira*.

2611041338

CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO

Aviso n.º 15 660/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, em 8 de Agosto de 2007, foram renovados os contratos a termo resolutivo, por um período de mais 12 meses, para a categoria de auxiliar de acção educativa de nível 1, carreira de auxiliar de acção educativa, do grupo de pessoal auxiliar, escalão 1, índice 142, terminando agora os mesmos em 31 de Agosto de 2008, das seguintes funcionárias:

Ana Cristina Gonçalves Carvalho Lopes.

Cristiana Alexandra Sousa Vieira Pereira.

Isabel Maria Pereira Rodrigues.

Joana Daniela Silva Almeida Barroso.

Maria Ester Barbosa Cardoso Costa.

Maria Fé Lima Silva.

Maria Manuela Esteves Martins.

Maria Manuela Rodrigues Pereira Fernandes.

Sílvia Margarida Fernandes Pereira.

9 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Padre Albino José Silva Carneiro*.

2611041329

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso (extracto) n.º 15 661/2007

Com a publicação da nova estrutura da Câmara Municipal, cujo Regulamento Orgânico foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, foi criada a Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território.

O procedimento de selecção com vista ao provimento do referido lugar foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de Fevereiro de 2007, na bolsa de emprego público em 6 de Fevereiro de 2007 e no jornal *Público* em 13 de Fevereiro de 2007.

Na sequência do processo de selecção e de acordo com a acta do júri, a escolha efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da

Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, recaiu na candidata Maria Isabel Rodrigues Coelho, pelo facto de satisfazer os requisitos definidos para o cargo e por possuir perfil adequado para o desempenho do mesmo.

Nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a candidata foi nomeada, por despacho da presidente exarado em 18 de Junho de 2007, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o exercício do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão municipal de Planeamento e Ordenamento do Território.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Setembro de 2007.

9 de Agosto de 2007. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Nome — Maria Isabel Rodrigues Coelho.

Naturalidade — São Sebastião da Pedreira, Lisboa.

Data de nascimento — 11 de Fevereiro de 1973.

Habilitações académicas — licenciatura em Urbanismo.

Carreira profissional:

3 de Janeiro de 2000 — ingresso na Câmara Municipal de Torres Vedras na categoria de técnica superior estagiária — urbanista;

3 de Janeiro de 2002 — nomeação definitiva na categoria de técnica superior de 2.ª classe — urbanista;

2 de Maio de 2003-22 de Setembro de 2004 — requisição na Câmara Municipal de Lisboa com a categoria de técnica superior de 2.ª classe de urbanismo;

23 de Setembro de 2004 — transferência para a Câmara Municipal de Lisboa;

12 de Março de 2007 — nomeação definitiva na categoria de técnica superior de 1.ª classe de urbanismo e planeamento.

2611041369

Aviso (extracto) n.º 15 662/2007

1 — Nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local com as adaptações previstas no Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que a presidente desta Câmara Municipal, por despachos de 20 de Abril (referência A), de 5 de Junho (referências B e C), de 6 de Junho (referência D), de 11 de Junho (referência E), de 3 de Julho (referência F) e de 4 de Julho de 2007 (referências G, H, I e J), procedeu à abertura, pelo prazo de 10 dias úteis (referências A, B, C, D, F, G, H e J) e de 15 dias úteis (referências E e I) contados da data da publicação do presente aviso, dos concursos internos de acesso geral a seguir indicados:

Referência A — um lugar de técnico de informática, grau 1, nível 1;
Referência B — um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de relações públicas;

Referência C — um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de serviço social;

Referência D — um lugar de técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico civil;

Referência E — quatro lugares de técnico profissional de 1.ª classe da carreira técnica profissional de biblioteca e documentação;

Referência F — um lugar de operário qualificado principal — electricista;

Referência G — um lugar de assessor principal da carreira técnica superior de serviço social;

Referência H — um lugar de técnico profissional principal da carreira técnica profissional sócio-cultural;

Referência I — dois lugares de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de urbanismo;

Referência J — um lugar de técnico de informática, grau 2, nível 1.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Conforme o estipulado no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a bolsa de emprego público da Direcção-Geral da Administração Pública sobre a existência de pessoal em situação de mobilidade especial, tendo sido emitidas as seguintes

declarações de inexistência: referência A — pedido n.º 6239, de 28 de Maio de 2007; referência B — pedido n.º 6443, de 5 de Junho de 2007; referência C — pedido n.º 6459, de 6 de Junho de 2007; referência D — pedido n.º 6478, de 11 de Junho de 2007; referência E — pedido n.º 6554, de 13 de Junho de 2007; referência F — pedido n.º 6890, de 5 de Julho de 2007; referência G — pedido n.º 6914, de 5 de Julho de 2007; referência H — pedido n.º 6913, de 5 de Julho de 2007; referência I — pedido n.º 6916, de 5 de Julho de 2007; e referência J — pedido n.º 6911, de 5 de Julho de 2005.

4 — Lugares a preencher — para as vagas postas a concurso: referências B, E, F e I; e para as que vierem a ocorrer no prazo de validade: referências A, C, D, G, H e J.

5 — Prazo de validade — três meses: referências A, B, E, F, H e I; um ano: referências C, D e G; e nove meses: referência J.

6 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 409/91, de 17 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 247/91, de 10 de Julho, e 97/2001, de 26 de Março, e Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

7 — Conteúdo funcional — Portaria n.º 358/2002 (referências A e J), despacho n.º 10 688/99, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 31 de Maio de 1999 (referência B), despacho n.º 5651/2004, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 23 de Março de 2004 (referências C e G), despacho n.º 20 159/2001, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 25 de Setembro de 2001 (referências D e I), mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 247/91 (referência E), e despacho n.º 1/90, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro (referências F e H).

8 — Local de trabalho — o local de trabalho é em toda a área do município de Vila Franca de Xira.

9 — Remunerações — o vencimento será o da categoria de promoção, conforme mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001 (referências A e J), artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89 e mapa anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98 (referências B, C, D, E, F, G, H e I).

10 — Requisitos de admissão — os requisitos gerais e especiais constam dos artigos 29.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, conjugados com o n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001 (referência A), da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º (referências B, C e I), da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º (referência D), da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 6.º (referências E e H), do n.º 2 do artigo 14.º (referência F) e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º (referência G) do Decreto-Lei n.º 404-A/98 e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2001 (referência J).

11 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel normalizado, de formato A4, dirigido à presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, entregue pessoalmente na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sita na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 24, 2.º, esquerdo, 2600-186 Vila Franca de Xira, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, código postal e número de telefone);

b) Habilitações literárias e profissionais;

c) Categoria, natureza do vínculo e serviço a que pertence;

d) Lugar a que se candidata, com referência ao aviso de abertura, identificação, número e data do presente aviso;

e) Declaração, sob compromisso de honra, conforme o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de que reúne os requisitos gerais de admissão.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

12 — Documentos exigidos:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;

b) Documentos comprovativos das acções de formação profissional;

c) Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence da qual conste a categoria que detém, a natureza do vínculo e a antiguidade na carreira, na categoria e na função pública;

d) Fotocópia do bilhete de identidade e do número de contribuinte;

e) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

f) *Curriculum vitae*.

Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal desta autarquia ficam dispensados da apresentação dos documentos que constem do seu processo individual.